

Múltiplas expressões da questão social ecoam sobre a Infância e Juventudes / *Multiple expressions of social issues affect the Children and Youth*

LÚBIA BADARÓ*

Resumo: Este estudo busca promover uma reflexão a respeito das contemporâneas manifestações da questão social que operam sobre a infância e juventudes brasileiras, tendo em vista as transformações societárias e o contexto de desigualdade social do país. Violência, discriminação, pobreza, baixa escolaridade, abuso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis são problemas que os atingem de forma grave e, por isso, não foram dissociadas da abordagem sobre a questão social desenvolvida neste trabalho.

Palavras-chave: Questão social, crianças e juventudes, desigualdades.

Abstract: This study aims to promote a reflection on contemporary manifestations of the social issue that operate in childhood and youth the Brazil, given the context of social inequalities the country and changes in society. Violence, discrimination, poverty, low education, drug abuse, sexually transmitted diseases are problems that affect them severely and therefore were not decoupled approach on social issues developed in this paper.

Keywords: Social issues, children and youth, inequalities.

* Mestre e Doutoranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense

Introdução

A questão social, cuja gênese é o conflito capital-trabalho, possui atualmente expressões múltiplas (pobreza, desemprego, violência, discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, trabalho precário, dificuldade de acesso à saúde, à educação e ao trabalho, falta de moradia, violação dos direitos das crianças e idosos), e como tal, carece da articulação de ações diversificadas capazes de inserir no jogo social e garantir direitos aos invalidados não só pela ‘desfiliação’, mas pela própria conjuntura histórica do país.

No Brasil, as expressões da questão social também repercutem de diferentes formas na vida da população, em especial da infanto-juvenil, principalmente por causa das desigualdades sociais existentes e devido à ineficiência da rede pública de educação, saúde e proteção social.

Ao longo da história, atingidos diretamente pelo cenário de destituição do país e, em sua maioria, vivendo em situação de pobreza e sem o amparo suficiente das intervenções do Estado, as crianças e os jovens são as vítimas que mais sofreram e sofrem os efeitos perversos da desigualdade social brasileira, estando vulneráveis às situações de risco, como a violência, o abuso de drogas e as doenças sexualmente transmissíveis.

É isto o que buscamos neste estudo: discutir sobre os efeitos da desigualdade social sobre a população infanto-juvenil, a educação deficitária, os preconceitos existentes e os dilemas contemporâneos que os afetam. Essa investigação se justifica pelo fato de esses fatores constituírem facetas a questão social que incidem diretamente sobre as crianças e jovens.

A Questão Social e os dilemas contemporâneos da Infância e Juventudes

A questão social surgiu como “a questão do lugar que as franjas mais dissocializadas dos trabalhadores podem ocupar na sociedade

industrial” (CASTEL, 1999, p.31). E a resposta para ela foi o conjunto dos dispositivos estabelecidos para promover sua integração, sendo necessário ser reconhecida, problematizada e alçada à esfera da responsabilidade pública para ser enfrentada. Contemporaneamente, a contradição entre capital e trabalho ainda promove a questão social, porém, com um agravante, a mundialização do capital e a crise nas relações trabalhistas.

Em alguns países, realmente a questão social deve ser interpretada a partir do fim do caráter integrador do trabalho e do enfraquecimento da condição salarial, sendo a exclusão apenas um de seus efeitos. No Brasil, porém, nunca tivemos de fato uma sociedade salarial nos moldes de alguns países da Europa, e um sistema protecionista de tal magnitude, haja vista a nossa conjuntura histórica ser marcada pelo assalariamento precário ou não-assalariamento, pela desvalorização humana pelo trabalho e pela naturalização da pobreza (COSTA, 2000).

Embora a linha conceitual de Castel (1999) não possa ser aplicada de forma exata e irrestrita ao contexto brasileiro, alguns processos globais também atravessam o Brasil, agravam problemas sociais, minam esperanças - ainda que vagas - de pleno emprego e de acesso aos direitos sociais, de desenvolvimento e ascensão social a partir do trabalho, castigando ainda mais esse país já tão cheio de desigualdades e contradições.

Se não devemos falar de desfiliação, tal como Castel (1999), podemos falar com propriedade de exclusão social, das desigualdades sociais, vulnerabilidades e, até mesmo, dos efeitos do processo de acumulação capitalista e da liberdade irrestrita do Mercado.

Para entender a exclusão social de grande parcela da população brasileira, em especial das crianças e jovens, é preciso considerar o modelo de desenvolvimento político, econômico, social e cultural que prevaleceu na formação desta nação, visto que ele, aliado a outros fatores históricos, favoreceu a concentração de poder e de riqueza e alimentou

a desigualdade social no país, acometendo de forma ímpar a infância e juventudes.

Segundo o padrão de desenvolvimento que vigorou no Brasil, primeiro o país deveria concentrar seus esforços para fazer a economia crescer e, só depois, atuar na redução dos desequilíbrios (SANTOS, 1979). Em decorrência, durante muito tempo, a enorme concentração de renda no país expressa no coeficiente Gini próximo a 0,60 garantiu o lugar do Brasil entre os que detêm as piores distribuições de renda do mundo.

Essa “escandalosa desigualdade que concentra nas mãos de poucos a riqueza nacional tem como consequência níveis dolorosos de pobreza e miséria” (CARVALHO, 2004, p.208). No Brasil, até o fim da década passada, um grande contingente de excluídos foi gerado no seio da sociedade, e a população convivia com cerca de 15% de indigentes e 34% de pobres.

A insuficiência de renda por si só já é um péssimo indicador da justiça social brasileira, se a questão for observada apenas sob a óptica particular e simplificadora em que “há pobreza apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar per capita inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas” (BARROS *et al*, 2000, p.124).

Entretanto, a exclusão social é, acima de tudo, múltipla e não uniforme, pois existem desigualdades variadas entre os cidadãos em diferentes aspectos sóciopolíticos, econômicos e culturais, e acessos diferenciados a bens, serviços e direitos (BRANDÃO, 2004).

Por isso, ver a exclusão social na dimensão que vai além da carência ou déficit de renda, no âmbito do “não atendimento das necessidades básicas e vitais para o espaço da equidade, da emancipação e do pertencimento”, traz a percepção de que a realidade da justiça social do país é ainda pior (LAVINAS, 2003, p.02).

Esse retrato de um país desigual há muito impõe ao Brasil o histórico desafio de lutar contra o legado de injustiça social que impede que vários indivíduos possam usufruir condições mínimas de dignidade (BARROS *et al*, 2000).

Sobre a desigualdade, é importante apontar que agora, no século XXI, começam a se delinear indícios de mudanças nesse quadro, pois se observa no início do novo milênio um processo de alteração na dinâmica da concentração de renda, renovando as esperanças de que os desequilíbrios podem ser vencidos.

Só no ano de 2007, 1,5 milhão de pessoas saíram da linha de pobreza, além de haver o aumento de segmentos médios da população, também chamados de ‘nova classe média’. Tanto que essa década pode ser caracterizada como a da redução da desigualdade de renda ou da equalização dos resultados, da “mesma forma que a década de 90 foi a da conquista da estabilidade, e a de 80, a da redemocratização” (NERI e CARVALHAES, 2008, p.48).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/ PNAD também comprovam que os anos que compõem a primeira década do século dão sequência à nova tendência do Brasil à desconcentração de renda e favorecem o processo de redução da desigualdade. Observando o índice de Gini, que se encontrava estagnado entre os anos de 1970 a 2000, constata-se que ele caiu para 0,584 em abril de 2008.

Não obstante os recentes avanços na desconcentração de renda, ora atribuído em parte ao atual desempenho da economia, e o aumento da classe média em 4,4% em 2007, possibilitando que muitos deixassem para trás a linha de pobreza, o país ainda apresenta extrema desigualdade. Tanto que, em 2005, ainda se encontrava na 10ª posição no *ranking* dos países com mais disparidades.

No mundo, 90% dos países ainda apresentam um grau de discrepância menor que o do Brasil, por isso é preciso intensificar as ações que possibilitem dar continuidade à queda da desigualdade

(BARROS *et al*, 2007), visto que seus efeitos são cruéis para a população, especialmente para as crianças e juventudes do país.

Sabe-se que a obtenção de rendimentos privados através do trabalho é um dos determinantes imediatos da distribuição de renda brasileira, sem menosprezar outros tipos, como as transferências sociais. Ocorre que, mesmo sem uma sociedade salarial, o país não ficou imune aos impactos profundos no mercado de trabalho mundial causados pelas modificações que operam na estrutura do capitalismo (BRANDÃO, 2004).

O panorama de disputa global pelo trabalho também conforma o espaço em que a população do Brasil - marcada pelas diferenças e desigualdades sociais características da nossa sociedade - precisa concorrer, sendo os seus principais dilemas ter que conviver com os novos mecanismos de exclusão que surgem devido ao devastador processo de globalização e, ao mesmo tempo, conseguir se conectar em um mercado de trabalho que, através das mutações ocorridas, torna-se cada vez mais excludente.

Com as modificações societárias e a soberania da ideologia neoliberal incentivando a precariedade e a informalidade, os jovens brasileiros, por exemplo, veem-se inseridos em um contexto de reversão da “maldição bíblica do ganharás o pão com o suor do próprio rosto” para uma “neomaldição bíblica, feita às avessas” já que o ‘Deus-mercado neoliberal’ os condena ao não trabalho e, ao mesmo tempo, os mantém distante do paraíso do consumo terrestre (CARRANO, 2003, p.135).

A educação, por sua vez, tem sido apontada como instrumento de desenvolvimento social e elemento imprescindível para adequação a um mercado de trabalho global. Nas oportunidades que se abrem, o fator educacional atua como discriminador tanto no que se refere à empregabilidade quanto ao acesso a salários mais dignos.

No Brasil, a educação básica vem sendo destacada como prioridade em todos os níveis de governo (municipal, estadual e federal).

No entanto, constata-se um grande número de crianças e jovens fora da escola ou abandonando as primeiras séries. Os motivos citados como justificativa ao abandono e evasão escolar são diversos, especialmente a necessidade do aluno contribuir para a renda familiar, ou mesmo a miséria que o leva à mendicância.

O acesso e a permanência no sistema escolar são muito precários nas populações de baixa renda e, fundamentalmente, nas zonas rurais - devido ao trabalho precoce e à falta de vagas, pois poucas escolas oferecem ensino além do 4º ano do Ensino Fundamental.

Nas áreas urbanas, onde a situação do déficit de vagas não é o grande problema e a maioria das crianças e jovens tem oportunidade de frequentar a escola, o sistema não consegue garantir a permanência de todos, muitas vezes por incapacidade pedagógica.

O fracasso escolar e a evasão, dele decorrente, comprometem a predisposição dos estudantes para continuarem adquirindo conhecimentos e habilidades, afetando suas possibilidades de crescimento e de participação social. Segundo dados das Estatísticas do século XX/IBGE de 2003, apesar de 90% das crianças entre sete e catorze anos frequentarem a escola, apenas 44 % da população já concluiu até o 3º ano do ensino fundamental. Quase um terço dos que vivem na área rural não tem acesso à educação e só 3% dos brasileiros têm curso superior concluído (BRASIL, 2004, p.17).

Mais tarde, aqueles excluídos dos benefícios educacionais, quando já possuem idade para se inserirem na esfera do trabalho, não possuem níveis de escolaridade para atender às demandas do mercado. Sem trabalho, sem renda, não conseguem continuar estudando (WAISELFISZ, 2007).

Vê-se, então, que nem o trabalho nem o estudo são etapas fáceis de serem vivadas. Os dados da PNAD/2006 demonstram a gravidade da situação educacional das juventudes ao registrarem que apenas 33,1% dos jovens (15 a 24 anos) estão cursando um nível escolar compatível

com a idade, 14% estão com defasagem idade/série e mais da metade (53,1%) não está estudando.

Por mais que a identificação social dos jovens pobres como ‘estudantes’ seja corrente e a escola ainda assuma um papel relevante para a socialização e formação, o processo de integração do jovem à escola é ceifado por desigualdades e chances restritas. As constantes desistências e abandonos são situações comuns, o que torna a trajetória desse indivíduo extremamente irregular, figurando a defasagem escolar como a realidade de muitos (CASTRO e AQUINO, 2008).

Além de o nível educacional adequado favorecer a inserção profissional do jovem, a experiência em serviço costuma ser uma exigência comum na sistemática de contratação, e esse requisito dificulta ainda mais a entrada do jovem no mercado de trabalho.

Além do estigma da realidade do mundo do jovem pobre, filho de pais de baixa renda, com precária condição de vida e sem acesso a uma boa educação formal nem profissional, há ainda outras peculiaridades que tornam o processo da primeira contratação ainda mais difícil. A precariedade vivida pode ser introjetada, ‘encarnada’, ‘incorporada’ desde a mais tenra idade, moldando o que parece possível e o que definitivamente não é, impondo limites e proibições (SOUZA, 2003).

Com isso, na concorrência com outros segmentos sociais de classes mais elevadas, jovens pobres se encontram em situação desfavorável devido à distribuição desigual de capital econômico, social e cultural. Com um cenário de precariedade decorrente das desigualdades, sentimentos de descrença e baixa expectativa são comuns, pois com o acúmulo histórico de experiências de êxito e de fracasso, em um processo não deliberado, indivíduos e grupos sociais acabam constituindo um conhecimento prático relativo ao que pode ser alcançado dentro da realidade concreta em que vivem.

Vítima de preconceitos de classe, gênero ou cor, por causa de mecanismo de opacidade e de naturalização da inferioridade, o indivíduo

pode creditar o seu fracasso como pessoal, merecido e justificável. Assim, um perverso ciclo de exclusão social passa a ser reproduzido. E jovens marcados pela baixa autoestima e por um senso de derrota antecipada podem desistir da disputa antes mesmo de tentar concorrer.

Nessa sociedade excludente, alguns são considerados culpados pela própria ‘incapacidade’ de concorrência ou pela falta de adaptação ao sistema. Da mesma forma que é atribuída a uma escolha moral e de caráter individual às situações de marginalização, os que conseguem um contrato no mercado de trabalho restrito passam a ser vistos como mais aptos, mais capazes do que os outros, como se existissem igualdades de condições e de oportunidades.

Em meio a um campo de disputa por uma vaga, onde se evidenciam os comportamentos objetivamente ‘internalizados’ e ‘incorporados’, saem em desvantagem os indivíduos com ‘habitus precário’, ou seja, com comportamentos e personalidades considerados inadequados para o perfil desejado, que é o de indivíduos úteis, produtivos, competitivos e adaptados à modernidade (SOUZA, 2003).

Fatores ligados a preconceitos étnico-raciais, de gênero e de classe, ou mesmo relacionados à escola onde estudaram ou local onde moram também dificultam a entrada do jovem pobre no mercado, realidade já tão agravada pela globalização e pela precarização das relações de trabalho.

O preconceito é facilmente identificado por meio da análise dos dados da PNAD/2006, em que se vê que os jovens negros têm menos chance de conseguir emprego do que jovens brancos. Segundo esses dados, o déficit de emprego entre jovens negros é de 74,7% e o dos jovens brancos é de 59,6%.

Segundo o Relatório Final do Encontro Nacional de Juventude Negra, realizado em 2007, devido ao preconceito existente, os jovens negros são muitas vezes direcionados para trabalhos domésticos e pesados. A respeito do salário, comparando um negro com um branco de

igual potencial intelectual, mesmo se ocuparem uma mesma atribuição, o salário daquele será inferior.

Por outro lado, enquanto a média de estudos dos jovens brasileiros é de quase oito anos, os jovens negros na região Nordeste têm cerca de 50% de anos a menos, sendo necessários, considerando o ritmo nacional da última década, vinte anos para corrigir tal distorção (IPEA, 2005).

No caso específico das jovens mulheres negras, essas são vítimas de dupla discriminação e, por isso, aparecem como as mais atacadas pelo desemprego. Comparando com os homens da mesma faixa etária, cujo déficit de emprego é da ordem de 65,6%, vê-se a situação pior em que se encontram as mulheres jovens (70,1%). Além disso, o índice de desemprego e informalidade entre as jovens mulheres negras chega a 77,9%.

Quanto à desigualdade regional, no que tange à variável renda, verifica-se que as Regiões Norte e Nordeste são as que têm a maior porcentagem de jovens sem rendimento ou mesmo recebendo até dois salários (SPOSITO, 2003).

Em decorrência de todos os empecilhos para a formação educacional e para a entrada e permanência do jovem no mercado de trabalho, a incerteza do futuro passa a fazer parte do mundo dos jovens de hoje.

O trabalho regular já não configura um padrão a ser vivenciado por todos os integrantes das sociedades capitalistas e essa realidade transforma as relações da juventude com o sentido do trabalho, que passa a ser conturbado: ora o vê com desejo, ora com receio e desconfiança (CARRANO, 2003).

O jovem que se propõe a cruzar esse incerto caminho em busca de um emprego, quando consegue entrar no mundo do trabalho, muitas vezes se depara com uma ausência de perspectiva de melhoria da função assumida ou do salário recebido. Principalmente, porque uma grande

maioria de postos de trabalho que se abre para a juventude pobre consiste em atividades mais desvalorizadas e que lhe permitem pouca ou nenhuma possibilidade de progresso ou ascensão profissional.

Da mesma forma, como consequência das transformações no mercado de trabalho promovidas pelo processo de convergência mundial, possibilitado pelas tecnologias de informação e comunicação, o “modelo cultural de entrada do jovem na vida social mais ampla sofreu uma sensível transformação”, não havendo mais um padrão de sequência do início da vida profissional, casamento e saída da família de origem que caracterizava a entrada na vida adulta (CARRANO, 2003, p.137).

Com isso, a transição para a vida adulta por intermédio do emprego se torna indeterminada, o que dificulta a autonomia do indivíduo ao prolongar a dependência familiar. Arranjos familiares mais flexíveis, por sua vez, são estabelecidos para comportar aqueles que já têm idade para formarem uma nova família, mas não têm recursos para isso.

Vê-se, então, que os empecilhos à escolarização desde a mais tenra idade e as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho, além de ajudarem a perpetuar a histórica desigualdade do país, promovem sérias limitações ao pleno desenvolvimento desses indivíduos e solidificam a sua exclusão social.

Ajudando a compor a base desse problema social, obviamente está a questão da pobreza oriunda da grande desigualdade da distribuição de renda no Brasil. Rizzini *et al* (1999) já alertaram quanto ao escandaloso número de crianças e jovens brasileiros (até os 17 anos) que nascem em famílias que têm enormes dificuldades em prover o mínimo de cuidados para garantir a seus filhos um desenvolvimento físico saudável.

Isso porque os resultados nocivos da situação de pobreza em que vivem têm efeito direto sobre a vida das crianças, principalmente em um dos aspectos mais fundamentais: a segurança alimentar e nutricional. Para o CONSEA, “as desigualdades econômicas, de gênero e étnicas, bem

como o acesso diferenciado aos bens e serviços públicos, são fatores determinantes da situação de insegurança alimentar” (2004, p.6).

A problemática de acesso aos alimentos é decorrente da exclusão proveniente da extrema desigualdade do nosso país. Isso que deixa grupos vulneráveis à alimentação, especialmente aquelas famílias que residem em locais isolados e desprovidos de serviços públicos para cobrir tal situação de insegurança, convivendo especialmente sem o amparo da alimentação escolar e, muitas vezes, dos programas emergenciais de transferência de renda (CONSEA, 2004).

Diante do quadro nutricional gerado pela exclusão, passam a coexistirem tanto as doenças ligadas aos quadros de carência (as anemias, as deficiências de vitaminas e a desnutrição), como a própria mortalidade infantil.

Certamente, a pobreza e a miséria são expressões da questão social que se desdobram e se tornam barreiras que dificultam a efetivação dos direitos infanto-juvenis. Embora muitas crianças não estejam ‘nas ruas’, e sim junto às famílias, vivem em condições subumanas (RIZZINI, 1999).

Da mesma forma, as consequências da desigualdade social, que é tão conhecida dessas famílias, não são isentas de cor e sexo. A própria questão da Mortalidade por Causas Externas serve para exemplificar como não existe neutralidade nesse campo.

Sob o ponto de vista de gênero, na faixa etária de 10 a 29 anos, apenas 12% dos óbitos são de mulheres, o que traz à tona uma taxa de mortalidade masculina sete vezes maior do que a feminina e doze vezes maior no recorte referente à mortalidade por homicídio. Essa realidade faz o Brasil figurar, entre os países latinoamericanos, apenas abaixo da Colômbia (IPEA, 2005).

Também são elevados os níveis de vitimização negra e, mais grave, os índices apresentam-se em processo de progressão. Em 2002, morriam 46% mais negros que brancos; no ano de 2005, esse percentual aumenta

para 67% e, em 2008, para 103%. Proporcionalmente, os negros morrem mais do que o dobro de brancos (WAISELFISZ, 2011).

A violência desencadeia uma sobremortalidade nos jovens do sexo masculino, de tal forma que uma das etapas do ciclo de vida que deveria ser a mais saudável, o período etário de 15 a 29 anos, é classificada, sob a ótica sanitária, como de alto risco (CASTRO & AQUINO, 2008).

A respeito da violência, homicídios e criminalidade são apenas as suas revelações extremas, já que não são os únicos tipos de violência e sequer os mais comuns, visto a ocorrência, dentre outras, de lesões corporais dolosas provenientes de brigas e agressões não ligadas à prática criminal (CASTRO & AQUINO, 2008).

Mas a violência é manifestação que não está confinada às ruas, tendo em vista a violência doméstica, aquela que ocorre no interior das famílias e cujos agressores são os próprios pais das vítimas, geralmente crianças.

Além disso, apesar da violência física ter mais visibilidade porque os sinais ficam registrados no corpo, em forma de manchas, cortes, queimaduras e fraturas, ocorrem também violências psicológicas ou agressões ao mundo mental, tais como a negligência, desvalorização, as expectativas negativas, o não-reconhecimento de qualidades e a permanente acusação, que destroem o sujeito ao retirar-lhe a autoestima e danificar sua subjetividade.

Em outra vertente da violência, além da prostituição infantil e da pedofilia, encontramos outros tipos de caráter sexual, como o estupro e o abuso sexual, que, embora não estejam vinculados a uma classe social, estão presentes tanto na sociedade quanto na família.

Cabe salientar que a violência não é consequência direta da pobreza, embora seja frequentemente associada a ela. A violência advém da maneira como “as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas

especificidades de cada grupo social, desencadeando comportamentos violentos” (ABRAMOVAY, 2002).

Os efeitos perversos das desigualdades sociais e da vivência em contextos de exclusão são intensificados pela ausência do Estado e de redes de proteção. Em outra face, a banalização da violência, a impunidade, o estímulo ao consumismo, a facilidade de acesso a armas de fogo, privações materiais, frustrações, laços de solidariedade rompidos, tudo isso contribui para a expansão tanto da vitimização como da criminalidade (CASTRO & AQUINO, 2008).

Somando-se aos problemas relacionados à saúde e à integridade física, existem outras ameaças que podem comprometer ainda mais a vida da população infanto-juvenil, como as drogas e as doenças sexualmente transmissíveis.

O abuso de drogas se configura um dos maiores problemas de saúde pública e, de modo geral, além de poder provocar o distanciamento do indivíduo da escola e do convívio familiar e em sociedade, põe em risco a vida. Por fatores variados, a sociedade e o governo se veem em meio a grande dificuldade de combatê-lo, ou mesmo de prestar atendimento aos dependentes químicos. Com isso, vem ocorrendo a expansão do tráfico, o crescimento do número de usuários e o surgimento de uma variedade de substâncias ilícitas com um potencial cada vez mais alucinógeno e propulsor do vício.

As doenças sexualmente transmissíveis também são apontadas como outro dilema que põe em risco a saúde dos jovens. Nos casos notificados de AIDS, por exemplo, 30% desses referem-se à população de 15 a 29 anos. De 1980 até 2005, já foram notificados 112 mil casos dessa doença nessa faixa etária (CASTRO & AQUINO, 2008).

Se considerarmos a idade de 12 a 24 anos, deparamo-nos com o surgimento anual de 3.500 novos casos de AIDS em jovens (UNAIDS, 2011). Entre os 15 e 24 anos de idade, já constituem mais de um terço de todas as novas infecções por HIV/VIH (ONU, 2011).

Esses dados são indícios de que, cotidianamente, novos jovens entram para o círculo daqueles discriminados e que são atingidos duramente pelo preconceito.

Pelas suas especificidades, os jovens vivendo com AIDS demandam, entre outras, ações que garantam os serviços de saúde e seus direitos sexuais e reprodutivos. Programas relacionados à saúde sexual e reprodutiva são imprescindíveis tanto para promover a educação sexual, a prevenção aos comportamentos de risco e o aconselhamento, como para favorecer o acesso às informações corretas sobre o HIV/VIH e sobre os serviços e programas de atendimento existentes (ONU, 2011).

Violência, abuso de drogas, pobreza, exclusão, são todos fatores de risco à integridade e ao desenvolvimento do indivíduo que se somam à problemática contemporânea vivida pela infância e juventudes, proveniente das transformações societárias, conformando um desenho múltiplo de expressão da questão social.

Conclusão

Antagonismos e contradições são produzidos, contemporaneamente, nas sociedades capitalistas. Por isso, a atual situação da infância e juventudes não pode ser dissociada da questão social, visto que suas manifestações operam sobre eles.

Acrescidas às iniciativas para continuação da queda da desigualdade social, é preciso que o Estado caminhe, não se esquecendo de incluir a dimensão gênero-racial nas suas ações de enfrentamento, desenvolvendo diferentes iniciativas para minimizar as novas manifestações da questão social, como aquelas ações direcionadas ao combate às desigualdades regionais e de classe; à promoção da saúde; ao aumento da escolarização e, caso o contexto ainda esteja sensível a essas ações, à geração de emprego para os jovens e sua preparação para entrada no mercado de trabalho globalizado.

Submetido em 19 de setembro de 2012 e aceito para publicação em 02 de setembro de 2013

Referências

ABRAMOVAY, Miriam. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas* / Miriam Abramovay et al. – Brasília: UNESCO, BID, 2002.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. *Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável*. Dossiê desigualdade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 15, nº 42, fev. de 2000.

BRANDÃO, André. *Miséria da Periferia*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventude e cidades educadoras*. Petrópolis: Vozes, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni (org). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Texto para Discussão nº 1335. Brasília: IPEAD, 2008.

CONSEA. *Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional*. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: CONSEA, 2004.

COSTA, Suely Gomes. *Sociedade Salarial: contribuições de Robert Castel e o caso brasileiro*. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 63, julho de 2000.

IPEA. *Brasil: o estado de uma nação*. IPEA, 2005.

LAVINAS, Lena. *Combate à Pobreza, Combate à Exclusão: sinalizando a distribuição de competências entre esferas de governo*. Trabalho apresentado na XXVII Reunião Anual da ANPOCS, 2003.

NERI, Marcelo Cortes; CARVALHAES, Luisa. *Será esta década, a da igualdade?* Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: IBRE/FGV, CPS, 2008. Disponível em <<http://www.fgv.br/cps/artigos/Conjuntura/2008/kc1576a.pdf>>. Acesso em 15 out 2009.

ONU. *Declaração Política sobre HIV/VIH / AIDS/SIDA: Intensificando nossos Esforços para Eliminar o HIV/VIH / AIDS/SIDA*. NAÇÕES UNIDAS, 2011. Disponível em: <<http://www.unaids.org.br>>. Acesso em 10 jan 2012.

PNAD. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. IBGE: 2006.

RIZZINI, Irene; BARKER, Gary; CASSANIGA, Neide. Políticas Sociais em Transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos. *Educar em Revista*, n.15, Curitiba, p.125-141, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOUZA, Jessé. *A Construção Social da Subcidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SPOSITO, M. Pontes. *Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil*. In: FREITAS, Maria Virgínia de e PAPA, Fernanda de C. (org.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert. 2003.

UNAIDS. *Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/AIDS*. Disponível em: <[http:// http://www.unaids.org.br/acoes/jovens.asp](http://http://www.unaids.org.br/acoes/jovens.asp)>. Acesso em 23 nov 2011.

WASELFIQS, Julio Jacobo. *Mapa da Violência*. Brasília: 2011.

WASELFIQS, Julio Jacobo. *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007*. Brasília: Ritla/ Instituto Sangari/ Ministério da Ciência e Tecnologia, 2007.